


4ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar contratos celebrados pela SMED a partir de 2021

Pauta: Votação de requerimentos e do plano de trabalho

 **PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO):** (10h23min) Bom dia, colegas vereadores, público que nos acompanha aqui, a imprensa, assessores. Gostaria, primeiro, de pedir desculpas pelo adiantado da hora. E vamos começar, então, a sessão da CPI da Educação do dia 28 de agosto de 2023. Verificação, então, nós vamos abrir a sessão, pegando as presenças. Ver.^a Biga Pereira. (Pausa.) Presente; Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Presente; Ver. Claudio Janta. (Pausa.) Presente; Ver.^a Comandante Nádia. (Pausa.) Presente; Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Presente; Ver. Jonas Reis. (Pausa.); Ver. José Freitas. (Pausa.) Presente; Ver.^a Mari Pimentel. (Pausa.) Presente; Ver. Mauro Pinheiro. (Pausa.) Presente; Ver. Moisés Maluco do Bem. (Pausa.) Presente; Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino. (Pausa.) Presente; Ver. Roberto Robaina. (Pausa.) Presente; Obrigada. Então, temos quórum para começarmos a sessão. Nós vamos começar, então, a sessão, trabalhando na perspectiva do relator. Essa presente sessão não tinha como pauta termos a votação ou a indicação de relator, mas, tendo em vista que nós já estamos trabalhando na perspectiva de oitavas, é considerado importante que a gente venha a resolver esse problema o quanto antes. Então, eu já deixo registrado aqui para todos os vereadores e assessoria também que nós estaremos fazendo, na segunda-feira, já uma sessão na qual nós votaremos tanto o relator e daremos início também à proposta de planejamento dos trabalhos também da presente sessão. Então, vereadores que gostariam de concorrer, seria importante já terem... (Ininteligível.) Já inscrevo aqui o Ver. Claudio Janta, que levantou a mão. Mas vocês todos têm até segunda-feira para se candidatarem também. O nome do Roberto Robaina também está à disposição. (Manifestação fora do microfone.) Muito obrigada. Ver. Mauro Pinheiro também. (Pausa.) Ver.^a Comandante Nádia. Muito obrigada. Também gostaríamos de trazer aqui o assunto que foi o último que encerrou a sessão passada, que era uma proposição, um requerimento do Ver. Claudio

Janta de se construir uma unificação de CPIs. Então, eu coloco aí em discussão esse assunto, até pelos presentes vereadores. E deixar aberto também esse diálogo, lembrando que aqui hoje eu estou presente como Presidente da CPI, mas a CPI conta com 12 votos, e só com anuência de todos os membros que é possível avançar nesse assunto. Então, para não encerrar esse diálogo também proposto pelo Ver. Claudio Janta, no final da última sessão, e lembrando que hoje eu sou a representante legal, mas eu não tenho como tomar decisão por 12 vereadores que são os signatários da CPI. Ver. Claudio Janta, o aparte é seu.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente, bom dia; bom dia a todos os membros, a todos os funcionários da Câmara de Vereadores. Como tinha dito já na segunda-feira passada, as questões, nesta Casa, têm os seus trâmites regimentais, mas a maioria se resolve na política, se resolve com anuência dos partidos, das lideranças e principalmente do plenário. Eu acho que para o melhor da nossa Casa, o melhor posicionamento da CPI, continuo achando que é a unificação das mesmas. E ainda disse que não teria problema nenhum a senhora continuar de Presidente, mas nós temos que unificar, eleger vice-presidente, o relator e ter uma CPI só na nossa Casa. Em 250 anos, nesta Casa, só teve uma CPI; 250 anos, nós elegemos os presidentes de comissão, os vice-presidentes e por aí fora. Então, eu acho que, para o bem do andamento desta Casa, nós temos que unificar as CPIs.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada, está registrado. Ver.^a Tanise Sabino.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (PTB): Bom dia, Presidente Ver.^a Mari, quero te dizer que nós estamos iniciando esta CPI de hoje, e o meu sentimento, eu estou sentindo que começamos diferente, de uma forma mais tranquila. Já percebi algumas mudanças de comportamento, enfim. E quero te dizer que o melhor encaminhamento para esta CPI é a unificação das duas comissões. Não tem sentido ter duas comissões para tratar do mesmo assunto.

Eu creio que essa é o único exemplo que nós temos das Câmaras Municipais, talvez, até estaduais, em todo o Brasil. E todos temos o mesmo objetivo: apurar o que de fato aconteceu ou não aconteceu. Então, parabéns, Presidente, por esse entendimento.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada. Inscreve-se a Ver.^a Comandante Nádia na tribuna, só um minutinho. (Pausa.) O tempo está com você.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Muito obrigada, Presidente Mari, Presidente da CPI nº 2 da educação. Quero dizer, colegas vereadores que aqui estão, público que nos assiste, TVCâmara, que é importante, neste momento, nós continuarmos, e eu continuo falando em nome da Comandante Nádia, no meu nome, que eu quero, sim, investigar tudo o que aconteceu na educação. São 28 anos de atuação na Brigada Militar, e, qualquer denúncia, sempre foram feitos inquéritos, sempre foram feitas sindicâncias a respeito de qualquer denúncia que chegava ao meu conhecimento. E aqui não é diferente. Qualquer denúncia da educação, da saúde, do saneamento que acontecer e chegar ao meu conhecimento nesta Câmara de Vereadores, eu quero investigar. E desde o início, Ver.^a Mari, com todo respeito que eu tenho à senhora, que recepcionei no seu primeiro dia, eu disse para a senhora: nós temos que estar dentro do Regimento, dentro da legalidade, porque podemos incorrer no risco de todos os atos realizados durante a CPI serem anulados, por não termos seguido a questão legal, a questão regimental, a questão que nos deixa cada vez mais certos, com credibilidade e legitimidade de fazermos todos os atos necessários nesta CPI nº 2. E quero dizer, Ver.^a Mari, que fico entristecida, fico triste, porque eu sou uma vereadora que sempre chego aqui e digo que o que acontece no Poder Legislativo deve ser resolvido no Poder Legislativo. Continuo pela Constituição de que os poderes são harmônicos e independentes entre si. Não podemos levar pautas que são afetas ao nosso Legislativo para que outro poder decida sobre o que está posto aqui. Sempre disse isso e não é hoje, nesta CPI,

vereadora. Não pode o Poder Legislativo recorrer a outro poder porque não consegue, aqui, fazer o que tem que ser feito dentro da legalidade. E fico triste que a senhora teve que entrar com mandado de segurança, ter perdido esse mandado de segurança, porque, graças a Deus, o Poder Judiciário entendeu que esta Casa tem soberania. Aliás, o Ver. Robaina também entrou com mandado, e olhem só, não consegue resolver aqui dentro desta Câmara, não consegue ler o que está no Regimento. Ainda bem que o Judiciário entendeu por indeferir esse mandado de segurança. E pior, a senhora entrou com agravo, perdeu novamente! Não podemos estar aqui colocando o Poder Legislativo na vala comum, nós somos o Poder Legislativo, legitimados pelos votos, mais ainda pelos votos dos eleitores, pelos porto-alegrenses que acreditam em cada um de nós dentro das suas instâncias. Então, Ver.^a Mari, que bom que, apesar de a senhora ter entrado, assim como Ver. Robaina, no Judiciário, a senhora teve a humildade, neste momento, de dizer: “Vamos colocar para o plenário”, que é soberano, que está afeto a quem deve democraticamente decidir pela maioria – isso é democracia! A partir do momento em que os vereadores votam, sobem na tribuna, dão a sua contribuição – para encerrar –, isso é democracia, isso é liberdade. Parabéns, parabéns por a senhora ter dado um passo atrás. Eu tenho certeza que esta CPI, agora, vai andar como está andando a CPI nº 1 da educação. Muito obrigada.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada, Ver.^a Comandante Nádia. Inscrito também o Ver. Roberto Robaina.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Mari Pimentel, esta Câmara de Vereadores é a que aprovou, por ampla maioria, esse tal de Dia do Patriota, que parece que envergonhou os porto-alegrenses e fez com que a nossa cidade fosse notícia nacional a partir dessa decisão absurda, tomada pela maioria da Câmara de Vereadores. Esta mesma Câmara de Vereadores, infelizmente, votou algo tão grave quanto, só que não teve a notícia nacional e a repercussão que teve esse vergonhoso Dia do Patriota: a moção de repúdio ao

Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Alexandre de Moraes – foi esta mesma Câmara que aprovou isso. E essa mesma Câmara que aprovou isso. E essa mesma Câmara, agora, com a maioria liderada, evidentemente, pelo governo, está fazendo um enorme esforço, Presidente Mari Pimentel, para impedir o funcionamento da comissão parlamentar, presidida pela senhora. Esse é o esforço feito pela base do governo, que não quer investigar; eles não querem investigar, porque incompetência já ficou comprovada. Mas, a investigação comprovará, também, a existência de corrupção na Secretaria da Educação, e a senhora, como Presidente, é a garantia de que nós teremos uma Comissão Parlamentar de Inquérito que investigará, como diz o velho ditado, já meio manjado: “Doa a quem doer”. A senhora, como Presidente, para a minha honra, me escolheu como relator, e a senhora me escolheu como relator cumprindo o Regimento da Câmara. Fiquei honrado, evidentemente, porque eu sei que a sua escolha se deveu ao fato de que a senhora confia que a minha relatoria não seria uma relatoria para negociar benesses, aceitar pressões, impedir que a verdade venha à tona. Então, fiquei honrado, até porque nós temos ideologias diferentes, somos de partidos diferentes e, apesar disso, a senhora me escolheu. A maioria da Câmara, numa intervenção contra o funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito, decidiu que a relatoria deveria ser suspensa, porque, evidentemente, a maioria da Câmara – essa maioria que votou o dia 8 de janeiro como Dia do Patriota – essa maioria, que fez um ato de repúdio contra o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, essa maioria não me queria como relator, não me quer como relator. E, nesse caso específico, embora, sim, nós entramos na justiça, eu entrei na justiça, a senhora entrou na justiça, e nós perdemos na justiça – para a alegria da Ver.^a Comandante Nádia –, nós perdemos na justiça; porque, se a justiça fosse feita, essa CPI estaria funcionando, e é evidente que a justiça fez uma escolha de não se intrometer, de permitir que a Casa continue o seu funcionamento. Nós estamos buscando trabalhar para que a Câmara Municipal de Porto Alegre não seja a vergonha que foi quando apareceu no Jornal Nacional. Mas a gente tem perdido, é verdade, a gente tem perdido, mas eu, como dizia o velho Darcy Ribeiro: “Prefiro estar entre

os perdedores do que estar acompanhado por esses vitoriosos de plantão”. Bem, perdemos definitivamente? Não, nós estamos aqui, a senhora segue presidindo a Comissão Parlamentar de Inquérito, eu não estou de relator, mas sou membro da Comissão Parlamentar de Inquérito. Assim que nós tivermos as testemunhas, nós vamos fazer as perguntas. Vamos, em primeiro lugar, começar uma Comissão Parlamentar de Inquérito, quando tem uma testemunha, como deve começar, com a testemunha jurando, coisa que não fizeram com a secretária Janaina, que veio aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito, presidida pelo Ver. Cecchim, e não começou sob juramento, porque uma comissão parlamentar... Quando se mente, numa Comissão Parlamentar de Inquérito, se está sujeito ao Código Penal. Comissão Parlamentar de Inquérito não é uma brincadeira, uma fanfarronice para vir defender os interesses de um governo que, na Secretaria de Educação, mostrou incompetência, e eu estou convencido, Ver.^a Mari, mostrou também corrupção. Eu gostaria de concluir perguntando algumas coisas para a senhora. Primeiro lugar, nós temos acordo em debater a unificação das CPIs, não temos nenhum problema em ter uma só Comissão Parlamentar de Inquérito, e não precisamos ter o relator, porque quando se busca um acordo, se faz concessões e, evidentemente, nós também tivemos uma derrota judicial, que nós reconhecemos que perdemos, infelizmente perdemos. Nem sempre a justiça é feita! Mas, uma Comissão Parlamentar de Inquérito que realmente investigue tem que ser presidida pela senhora, esse é o primeiro ponto, isso é muito importante. Não basta a senhora poder fazer perguntas numa Comissão Parlamentar de Inquérito dirigida pelo líder do governo, um líder do governo que não começou sequer exigindo da testemunha que jurasse, jurasse. Eu assisti a Comissão Parlamentar de Inquérito feita, e o testemunho da ex-secretária Janaina, eu assisti às perguntas do relator. Então, as perguntas que eu faço para a senhora... Nós não temos hoje, os depoimentos da senhora Mabel Luiza Leal Vieira e da Michele Bartzen Acosta Schroder, duas servidoras, essas duas servidoras têm ligação direta com a aquisição de vários objetos, que são objetos desta CPI, e da CPI também presidida pelo líder do governo. A aquisição de 42 mil livros, elas têm envolvimento na aquisição dos

103 mil livros, o item 5, o item 6; a aquisição de 400 mesas digitais interativas, o item 7; elas tiveram envolvimento direto, pessoal, na aquisição de vários itens que são objetos desta CPI, de, pelo menos, também da aquisição das 180 telas interativas, das 400 mesas digitais. São quatro itens pelo menos. E eu sei que elas não vieram porque o governo entrou com requerimento exigindo, praticamente, que isso não fosse feito hoje. Inclusive, pelo que eu sei, houve, por parte do relator da CPI dirigida pelo Ver. Cecchim, um requerimento que, na minha opinião, é vergonhoso, demandando a cassação, ou melhor, a suspensão por 60 dias do seu mandato. É uma pressão muito forte, muito forte.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Eu falei que o relator, pedido pelo Mauro Pinheiro, a suspensão de 60 dias. Não falei que é o líder do governo, embora ache que o Mauro Pinheiro está orientado pelo governo e pelo senhor, e não retiro nada do que digo sobre o senhor, que é um político que está fazendo a Câmara dos Vereadores passar vergonha, Ver. Cecchim! Então, o senhor me escute, porque eu fui votado para falar, e eu tenho direito de falar; e não vai ser o senhor que vai me calar! Portanto, respeite quem está na tribuna! E eu quero, Ver.^a Mari, para concluir, dizer que a senhora deveria disponibilizar para a sociedade gaúcha, para que nós sigamos lutando pela Comissão Parlamentar de Inquérito, os áudios, que eu sei que a senhora tem, que mostram a existência de corrupção na Secretaria de Educação. Eu acho que é uma obrigação da senhora. Eu sei que a senhora está fazendo um trabalho muito sério, porque é uma investigação. Quando há obstrução sistemática do funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito, uma investigação que é obrigada a ser feita nos bastidores, a partir das possibilidades de testemunhos de servidores, de servidoras, é muito mais difícil de ser realizada, quando esses servidores e servidoras são chamados a depor e a jurar, sobre juramento, fazer os seus testemunhos. Mas a senhora avançou, e eu acompanhei e estou acompanhando desde o início essas investigações, também nos bastidores, e eu sei que a

senhora avançou. E o momento de disponibilizar ao público, à sociedade, à Câmara de Vereadores o que que a senhora já avançou, pelo menos um pouco do que a senhora já avançou, é agora, para que nós tenhamos, sim, uma CPI unificada, mas presidida pela senhora. Muito obrigado.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada, Ver. Roberto Robaina. Aparte?

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Só uma questão de ordem, Presidente Mari. Eu acho que o Ver. Robaina teve uma fala muito grave na tribuna; ele, com todas as letras, disse que o governo Sebastião Melo é corrupto. E corrupção é crime. Ele que apresente efetivamente os dados junto ao Ministério Público para que Sebastião Melo possa responder pelo crime de corrupção. Nós estamos falando em fazer uma sindicância, apurar os fatos, e o Ver. Robaina já está dizendo que é corrupto o nosso prefeito Sebastião Melo. Isso é grave. Uma coisa é apurar; a outra é dizer, com todas as letras, que o governo é corrupto. Obrigada.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada, Ver.^a Comandante Nádia. Mais algum vereador gostaria de se inscrever? Ver. Moisés, a tribuna é sua.

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Bom dia, não posso deixar de me manifestar aqui. Existe uma grande diferença entre politicagem e política, politicagem baixa, eleitoreira. Eu ouvi aqui atentamente a fala do Ver. Robaina; Ver. Robaina, eu não posso permitir que o senhor venha aqui e minta. Eu nunca disse isso de nenhum colega. Sempre a gente usa palavras, assim, caracteriza como falácia, falta da verdade; o senhor mentiu, o senhor mentiu mais de uma vez. A primeira delas é na sua afirmação de que esta Casa, nesse momento em que realmente vários, a maioria dos vereadores se sente envergonhada sob a questão do Dia do Patriota ser dia 8 de janeiro. O senhor disse que a maioria da

Câmara aprovou isso, o senhor mentiu, porque a maioria da Câmara sequer votou essa matéria, essa matéria não veio para o plenário, como vinha antigamente. Então, a primeira coisa que eu queria dizer: o senhor mente sobre isso, inclusive, vejo todas as bancadas trabalhando para revogar ou alterar, o que virou matéria nacional. Então, o senhor veja aqui o áudio e o vídeo, o senhor disse que a maioria votou e causou essa vergonha. O senhor mente para população de Porto Alegre aqui desta tribuna hoje. Segundo, o senhor mente quando diz que o Ver. Idenir Cecchim teria feito o que, na verdade, o Ver. Idenir Cecchim não fez. E não adianta o senhor gritar aqui com o Ver. Idenir Cecchim, que eu publicamente já disse que é um dos homens mais respeitáveis e admiráveis na vida política da capital. O senhor mentiu sobre isso. Eu aproveito para falar aqui sobre uma matéria que circulou, nesse final de semana, sobre o PSDB – e vejo aqui o líder da bancada do PSDB, Ver. Gilson Padeiro. Um jornalista teria dito que o PSDB, que hoje discute, já vem discutindo há bastante tempo se terá ou não candidatura própria, teria que dar uma guinada na postura das CPIs. O PSDB não vai dar guinada nenhuma, porque o PSDB tem coerência e faz alta política. Nós somos totalmente contrários a essa lambança de ter mais de uma CPI para discutir o mesmo assunto; e repito: CPIs que possuem a participação de todas as correntes da Câmara. Na CPI presidida pelo Ver. Idenir Cecchim, estão o PSOL, PCdoB, PT; na CPI presidida pela Ver.^a Mari, também estão esses mesmos partidos que integram a minoria; e nós vamos continuar na mesma batida aqui, meu líder, Ver. Gilson Padeiro, e meu vice-líder, Ver. Conselheiro Marcelo. Nós não faremos politicagem, independentemente do que as nossas siglas façam, para apresentar quadros em Porto Alegre. É uma vergonha nós estarmos aqui com mais de uma CPI, discutindo as mesmas coisas... Faço um apelo público, eu fiz dois requerimentos, um requerimento que foi mal interpretado, mas que diz à Procuradoria da Casa: “Dependendo da sua resposta – Procuradoria do Legislativo da capital – o que impede de ter três CPIs?”, que é para tentar fazer uma provocação de que é um absurdo o que está acontecendo, a população não compreende e nem pode compreender. E o segundo requerimento é sugerir a alteração do nosso Regimento, que realmente

deixa omissa essa parte sobre a questão de ter ou não ter mais de uma CPI para tratar do mesmo assunto. Então, publicamente, aqui, eu repito: quem disser que a maioria da Câmara – claro que é uma construção de narrativa: “a maioria da Câmara, essa vergonha do Dia do Patriota, é a mesma maioria que me tirou de relator”, é uma construção de narrativa mentirosa. A maioria desta Câmara, mulheres e homens, não tiveram a oportunidade de votar a matéria que levou a Câmara Municipal às mídias no Brasil; e o nosso Presidente – também quero fazer um desagravo ao nosso Presidente Hamilton Sossmeier – nada poderia fazer a não ser promulgar. Não havia outra alternativa para o Presidente Hamilton. Espero que nós possamos reverter isso, talvez na tarde de hoje, todas as bancadas, e aí, sim, a maioria da Câmara vai se manifestar. Mas repito: a maioria deste Legislativo – eu sequer votei, analisei essa matéria – não é verdade. Quem subir aqui e disser que a maioria da Câmara aprovou essa vergonha, no mínimo é mentiroso, é Pinóquio, é mal-intencionado. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada, Ver. Moisés.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente, só queria repor a verdade. Eu disse algo que está demonstrado; afinal de contas, esse projeto não foi aprovado pelo Espírito Santo, foi aprovado por vereadores e vereadoras, em sua maioria, que compõem a CCJ, que eu saiba, foi só um que não votou, o resto todo da CCJ votou a favor, e estou falando do projeto esse que foi motivo de chacota e de vergonha para o povo porto-alegrense e gaúcho. A CCJ votou a favor; a CEDECONDH votou a favor, com muito orgulho, contra os votos dos vereadores do PSOL, o Ver. Pedro Ruas e o Ver. Alex Fraga, evidentemente, que votaram contra, mas perderam, como nós temos perdido várias batalhas desta Casa; e a Comissão de Educação também votou, foram três votos a favor, nenhum voto contra; CCJ, todos os votos a favor, apenas um vereador que não votou; e, na CEDECONDH, dois votos contra, dois votos do PSOL. Assim que foi aprovado esse projeto, então não falo nenhuma inverdade; ao contrário, eu

só disse que a maioria da Câmara votou, e a maioria da Câmara também se expressa nas comissões. Esse é o ponto. Agora, não é isso que é objeto desta Comissão Parlamentar de Inquérito. O objeto desta Comissão Parlamentar de Inquérito é investigação de corrupção ou de irregularidades na Secretaria de Educação. E eu estou fazendo um movimento para que a senhora continue a Comissão Parlamentar de Inquérito. Portanto, sem a sua presidência, não faz nenhum sentido unificar. Se tiver a unificação, tem que ser sob a sua presidência, tal como eu creio que o próprio Ver. Claudio Janta chegou a sugerir, que ele achava, inclusive, que a senhora poderia continuar presidindo. Se for assim, nós podemos fazer uma Comissão Parlamentar de Inquérito presidida pela senhora. E eu concluo – não vou mais participar hoje, porque eu acho que o objeto desta reunião já foi encerrado – apelando para que a senhora mostre para a sociedade os áudios que a senhora tem em suas mãos, que mostram vários problemas, que ainda a Câmara dos Vereadores não pôde se debruçar sobre eles e a sociedade não conhece. Eu acho muito importante que esses áudios venham a público, eles são necessários para que a investigação continue. Muito obrigado.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada. Vereador Moisés.

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Repito ao Ver. Robaina: ou temos um problema de desonestidade intelectual ou desinformação. Dez vereadores nunca vai ser maioria da Câmara, mesmo que seja em comissões diferentes. Sobre a comissão, a CCJ, não é verdade que só teve um voto que não votou a favor; pelo que eu sei, o Ver. Claudio Janta também não votou, além do Ver. Comassetto. É melhor ele, pelo menos, se informar para ver como é que foi o processo, em vez de subir ali e nos envergonhar mais uma vez, e dizer que a maioria deste Legislativo teria aprovado um projeto que sequer veio para o plenário.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Presidente, desculpa estar tendo que vir toda hora aqui fazer questão de ordem, porque as pessoas que estão nos escutando precisam conhecer o trâmite da Casa. Veja bem, olha como usa de palavras o Ver. Robaina, e é muito feio o que ele faz, porque às vezes ele mastiga mentiras que ele quer fazer com que se tornem verdades: a CCJ vota apenas a questão dos aspectos constitucionais, legais e jurídicos das proposições, não vota o mérito em momento nenhum. O senhor leia o Regimento, Ver. Robaina. O senhor me envergonha, porque o senhor não sabe o que acontece na CCJ. Então, vereadora-Presidente, a senhora por favor nos deixe falar a verdade para quem está nos escutando, porque é mentira o que ele diz. Todos os projetos que são legais, que têm uma proposição constitucional, apesar de os membros não concordarem com o mérito, são aprovados para que seja feita a discussão, nesse caso, nas outras comissões. Muito obrigada.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada. Vereador Mauro Pinheiro na tribuna.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Vereadora Mari, Presidente desta Comissão, demais vereadores; vim aqui para discutir o requerimento do Ver. Claudio Janta, que é da unificação das duas CPIs. Eu sou favorável, desde que se consiga buscar um diálogo entre os vereadores das duas CPIs e se busque harmonizar e cumprir o propósito de uma CPI que é investigar. Eu tenho um histórico de, nesta Casa, ter presidido duas CPIs, participei de outras CPIs, e sempre fui combativo e lutei contra a corrupção. Só aceitei ser relator de uma CPI e me coloquei à disposição agora da segunda CPI para ser relator, porque deixei bem claro, quando fui discutir com os vereadores que me escolheram relator, que, como relator, ia colocar no relatório aquilo que fosse levantado e que fosse a verdade, que tivesse fatos que comprovassem. Só assim aceitei ser relator. Agora, quanto aos ataques do Ver. Robaina, eu até desconsidero quando o Ver. Robaina ataca todo mundo, porque é a característica do vereador: um vereador que não tem compromisso nem com a verdade, nem com a cidade, e

o negócio dele são as narrativas políticas que a gente já está acostumado, de PT, do PSOL; e o Ver. Robaina faz o papel dele, que é atacar as instituições, atacar os colegas, atacar sempre. Então, eu desconsidero e até, quando sou atacado pelo Ver. Robaina, considero, nos meus ouvidos, como um elogio; ser atacado pelo Robaina é sinal de que eu estou no caminho certo. Mas, se nós temos duas CPIs, foi porque a Casa, em determinado momento, decidiu assim. Eu acho que seria melhor ter uma só. Bom, como vamos fazer isso? A Casa aqui, a gente sabe que o plenário é soberano, e as decisões dos vereadores são soberanas. Não está previsto no Regimento? Não. Não está prevista no Regimento a unificação de CPIs, assim como não está no Regimento a previsão de duas CPIs tratando da mesma matéria; assim como não se pode fazer dois projetos de leis sobre a mesma matéria, sobre o mesmo fato. Então não deveria ter duas CPIs. Bom, se nós conseguirmos chegar a uma discussão e a um consenso de como fazer isso, *ok*; senão, vamos fazer as duas como estamos fazendo, desde que se cumpra o Regimento. E o Ver. Robaina aqui, mais uma vez, me atacou, porque eu fiz realmente um pedido para a Comissão de Ética, da Presidente Mari, mas, porque eu, como vereador, não posso participar de uma sessão e ver os fatos que estão equivocados e errados, como foram nas votações, em que se descumpriu o Regimento, e não fazer nada. E só pedi a punição para a vereadora, porque é o que está previsto em uma resolução da Casa que, quando alguém descumpra o Regimento e, no caso, a Presidente Mari descumpriu o Regimento – até pela pressão que existia dentro do plenário e certamente dos partidos de oposição, do PT, do PSOL –, e acabou fazendo uma leitura errada do Regimento. Nós não podemos votar sem a maioria dos presentes, sem quórum, e a vereadora votou, e eu me senti na obrigação de fazer se cumprir o Regimento; por isso, fiz o pedido. Não é nada pessoal contra a Ver.^a Mari, que é uma excelente vereadora, que está fazendo um belo trabalho, e que, na CPI, se perdeu, na minha opinião, mas não é nada pessoal. Agora nós temos que cumprir o Regimento. Se eu, como ex-presidente desta Casa, participar de uma sessão em que não se cumpriu o Regimento, que está se votando de forma equivocada, nem relator temos... Tanto que estamos corretos

que não tem relator, que a Ver.^a Mari entrou – eu não gostaria de ter entrado e não entrei – com mandado de segurança para manter o relator, pediu uma liminar, inclusive na própria fala, no mandado de segurança da vereadora, ela fala que a CPI poderia ter os seus atos nulos por não ter relator, então concorda com o que eu tenho falado em todas as sessões, que a CPI não tem relator e que ela não poderia continuar, não poderia estar avançando porque todos os seus atos seriam nulos, além de não ter quórum em votações, então a própria vereadora concorda. E o juiz definiu e não deu a liminar para ela, ela recorreu, fez um agravo e também perdeu, não conseguiu a liminar, vai ser julgado o mandado. Certamente, pelo que se encaminha, a justiça vai determinar que o relator tem que ser votado. Então nós estamos corretos quando fazemos esse pedido, inclusive da Comissão de Ética. Eu acho que nós agora estamos caminhando melhor, estamos discutindo e vamos, sim, alinhar, porque todos nós aqui queremos fiscalizar. Se teve algum ato de corrupção de servidor ou de agente político, essas pessoas têm que ser responsabilizadas pelos seus atos. Tenho certeza de que todos os vereadores aqui querem a investigação, mas uma investigação séria, não um palanque, como tem alguns vereadores que querem montar um palanque, ficar aqui dando discurso para plateia e para imprensa. Nós vamos fazer uma investigação séria, dentro dos ritos, dentro do Regimento da Casa. O próprio Ver. Robaina, quando presidiu uma sessão, descumpriu o Regimento, se ele está dizendo que o Regimento diz que o relator tem que ser votado, quando ele presidiu a CPI, não foi votado, não foi escolhido, foi votado. Então o senhor descumpriu o Regimento quando foi Presidente da CPI? Claro que não. O Regimento da CPI, o Regimento da Casa prevê que o relator seja votado. Agora acho que estamos alinhando, e tenho certeza de que, no momento em que alinhar, a sua CPI vai funcionar, assim como está funcionando a outra. Acho que é válida, sim, a tentativa de unificação, e, se a gente conseguir chegar num acordo desses vereadores, eu acho que mesmo não estando previsto no Regimento, nós podemos, pelo acordo dos vereadores, pela maioria dos vereadores, a gente pode unificar. Se não for possível, bom, então nós vamos achar um meio para que as duas CPIs cumpram o Regimento,

façam as investigações de uma forma transparente e mostrem para a sociedade que esta Casa tem maturidade suficiente para enfrentar os problemas da cidade e do plenário. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada vereador. Na tribuna, o Ver. Idenir Cecchim.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Bom dia, Presidente; bom dia, vereadoras e vereadores. Na realidade, eu vim a esta tribuna para ser solidário com V. Exa., vereadora. Eu imagino como é conviver com Ver. Robaina, a senhora, tendo esta grandeza que está tendo, de tentar conversar, de tentar acertar as coisas, e o Ver. Robaina, pela sua vaidade de querer ter sido o relator e não ter voto para tanto, ficar pressionando Vossa Excelência. Isso é pressão deslavada. Mas não se preocupe, a boa vontade, o diálogo e a coerência vencerão sempre. Eu tive muita discordância com V. Exa., mas hoje sou obrigado a vir aqui e ser solidário, não é fácil, não é fácil liderar uma turma como a do Ver. Robaina. Ele mente muito, ele vive disso, eu até entendo, o Ver. Robaina vive da mentira, vive da acusação deslavada, acusação deslavada sobre pessoas, ele vive das narrativas de desmoralizar pessoas, de desconstituir pessoas. Ver. Robaina, isso é feio, mas eu lhe dou um aparte. Quem sabe o senhor mente de novo?

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Ver. Cecchim, eu ia pedir o aparte para a Presidente, porque o senhor não tem condições de dizer uma única mentira minha, porque eu não minto, diferente do senhor. O objetivo nosso aqui é só investigar. Eu acho que o ponto nosso... Se o senhor aceitar que esta Comissão Parlamentar de Inquérito funcione, se o senhor parar de liderar a obstrução, já que o tema do relator saiu da pauta, nós vamos estar trabalhando bem. Nós não queremos ficar na gritaria, nós queremos investigar, queremos as testemunhas, queremos os documentos.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Está bem. Isto é um aparte, eu lhe dei um aparte, e não um discurso.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Nós queremos os áudios, queremos as provas para que o debate seja feito.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Obrigada, vereador.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Está bem. O senhor ameaça, não tem problema nenhum, se a Ver.^a Mari quiser apresentar os áudios, nos autos, ela pode, ela é livre, mesmo se não fosse Presidente, ela tem um mandato; mesmo que ela fosse só uma cidadã e não fosse vereadora, ela poderia fazer isso, não precisa o senhor mandar. E aqui, a ela, eu acho que o senhor não manda mais, e nunca mandou, só tentou. Então, vereadora, eu queria convidá-la para, na próxima quinta-feira, na CPI, que a senhora faça parte da Mesa. Muito obrigado.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada. Ver. José Freitas, o senhor gostaria de usar a palavra? Vou aproveitar então, enquanto o vereador se dirige até a tribuna, para convidar todos os presentes nesta Comissão e também os demais vereadores para participarmos da oitiva do Sr. Jailson, nesta quinta-feira, às 10h da manhã. Muito obrigada.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): Presidente Mari, colegas vereadores, eu acho que esta Casa hoje dá um sinal de que, através dessa sua atitude, possamos avançar nessa investigação. Eu tenho certeza que não tem nenhum colega vereador que é a favor da corrupção, eu tenho certeza disso, nenhum, nem da esquerda nem da direita, ninguém é a favor da corrupção. Nós queremos investigar, e esse sinal que esta Casa dá hoje, dessa unificação, vai levar ao caminho da investigação. Eu só queria deixar aqui bem claro para todo colega vereador que usar este microfone para dizer que há corrupção, que ele vai ter que dar conta do que está falando. O colega vereador que usar este microfone,

repito, para dizer que existe corrupção neste governo, o governo Melo, vai ter que dar conta do que está falando. Porque CPI é para investigar, investigar, e esse é o rumo que nós temos que tomar a partir de hoje, e que esta CPI então avance. Um abraço.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigado, Ver. José Freitas. Vereador Claudio Janta.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Bom dia a todos, novamente nós estamos discutindo aqui o que é necessário nesta Casa: o nosso Regimento. Nós ficamos duas semanas aqui discutindo o cumprimento do Regimento da Casa, e a questão que saiu em toda imprensa nos dois dias, coisa do Regimento, o Regimento permite que essas datas – eu botei algumas datas no Calendário de Porto Alegre – não venham mais para o plenário, que não seja mais necessário virem para o plenário. Eu afirmo que, para o Dia do Patriota, nós temos o dia 7 de setembro e temos o Dia da Bandeira; para a democracia, nós temos o 15 de novembro e o 21 de abril, nós não precisamos da data do 8, do 9, do 12, do 7, do 6 de janeiro. Eu acho que cabe a esta Casa, que nem está tendo a grandeza de encaminhar para a unificação das CPIs, eu acho que cabe a esta Casa, a este plenário um projeto da Mesa Diretora, junto com todas as bancadas e os vereadores, simplesmente tirando essas duas leis desnecessárias da nossa cidade de Porto Alegre. Eu acho que o calendário de datas é algo importante, nós temos várias datas que são importantes na nossa cidade de Porto Alegre, datas que incluem a ciência, a literatura, que incluem os bairros, que incluem as religiões todas da nossa cidade, é importante. Mas, realmente, tem hora que é só uma corrida doida para incluir isso como o maior número de projetos apresentados na Câmara de Vereadores. Eu acho que não é essa a disputa, a disputa é o que nós fizemos de melhor para a cidade de Porto Alegre. Esta Casa, no dia de hoje, eu dou os parabéns ao líder do governo Idenir Cecchim, à Presidente Mari, que se encaminha para isso, e até ao Roberto Robaina, como líder da oposição, que vem aqui concordando que nós temos que unificar as

duas CPIs. Eu acho que esta Casa é a casa do diálogo, é a casa da conversa, é o parlamento, do falar, e acho que a gente começa a avançar. Volto a afirmar aqui, desde o início, eu acredito que nós estamos lutando para cumprir o Regimento desta Casa, o Regimento que permitiu que nós tivéssemos uma comemoração dupla no dia 8 de janeiro na nossa cidade, mas também é visível que nós estamos deflagrando um processo eleitoral, é visível que tentem desgastar o prefeito Melo. Semana passada, nós ouvimos aqui dizer que o Melo quer desempregar e punir as pessoas que trabalham na rua. Nós sabemos que a maioria das pessoas que lá estão... O Ver. Idenir Cecchim, quando foi secretário da SMIC, junto conosco, a Força Sindical, o Sindec, o Sindilojas e todas as entidades, Sindióptica, nós combatemos muito para que isso não aconteça. Como é que a pessoa consegue vender uns óculos a R\$ R\$ 20,00, de onde vem isso? Está na frente de uma óptica, vendendo uns óculos a R\$ 20,00, de onde vem isso? De onde saiu esse produto? Ou ele vem de forma ilegal, ou ele vem – pior ainda – através de roubo de carga. E assim vai, tudo que está sendo vendido na rua, com exceção das frutas que, na época em que o Adeli Sell foi secretário da SMIC, foi nos depósitos dessas frutas e viu a quantidade de animais peçonhentos que circulam no meio dessas frutas, chegou até a possibilidade de proibir a venda e comércio de fruta na rua em função de como ficavam armazenadas, algo que mudou. Mas a maioria dos produtos que ali está é de produtos que vêm, que chegam de forma ilegal no nosso mercado. Então, quando o prefeito diz isso, que nós temos que melhorar a vida das pessoas, nós não queremos desempregar ninguém, nós queremos preparar essas pessoas para o mercado de trabalho, qualificá-las para o mercado de trabalho. Não é digno, com esse frio que está, as pessoas desde cedo na rua vendendo e trabalhando para alguém, porque uns óculos – dou o exemplo dos óculos – não custam R\$ 20,00, nem R\$ 30,00. Todos nós aqui que usamos óculos sabemos o custo que é uns óculos, e é uma coisa que pega a saúde das pessoas. Então o processo eleitoral está deflagrado, mas cabe à população ver os avanços que tem tido a cidade de Porto Alegre, os avanços que tem tido na questão principalmente dos autistas, quando criamos o Certa e aprovamos várias leis do

autismo em Porto Alegre, os avanços que tem dado na recuperação da autoestima da cidade de Porto Alegre. Mas principalmente o que nós defendíamos, desde a eleição, o papel principal do prefeito Melo foi elevar a autoestima do povo de Porto Alegre, principalmente, unir esse povo nos propósitos fortes que fazem a nossa cidade. Muito obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada, Ver. Claudio Janta. Com a palavra... Desculpe, só o aparte aqui do Ver. Idenir Cecchim.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Presidente. Só para informar: quem acusa de corrupção o prefeito Melo será interpelado judicialmente, o prefeito está fazendo isso.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Ok., obrigada. Ver.^a Biga Pereira a palavra é da senhora.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Presidente Mari Pimentel, vereadoras, vereadores, acho que estamos aqui fazendo um importante debate... Vocês me dão licença?

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Fique à vontade, fique à vontade.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Agora sim. Acho que a gente está fazendo um importante debate, sim, frente a um dia em que eu julgo que uma boa parte dos parlamentares desta Casa se sente constrangida, como eu estou. Eu fui interpelada, durante todo final de semana, acredito que muitos de vocês, sobre essa situação do projeto do vereador cassado e que propôs essa heresia que foi aprovada nas comissões em que tramitou. Eu tenho notícia, na comissão que eu participo, que é a CEFOR, que não passou por lá. Mas eu tenho notícia, na CECE, em que o meu camarada Giovani Culau participa, que lá ela passou, digamos, por baixo do pano, porque sequer ele soube, né? Quem preside a

CECE passou. Enfim, o fato, se foram dez que votaram, se foram seis, o fato é que esse projeto foi aprovado, sancionado, e a estampa que sai é que a Câmara Municipal de Porto Alegre aprovou tal heresia. É isso! O fato é que ela foi aprovada. Certo? E que foi notícia nacional, aliás, Porto Alegre esteve, no final de semana, como notícia nacional na educação e na saúde, né? Embora a questão do SAMU seja uma questão de decisões estaduais, o fato é que é em Porto Alegre, é na cidade onde nós moramos, é na cidade onde nós temos essa representação. Falar em educação aqui, diante de uma CPI, eu queria dizer, Ver. Cecchim, que, se unificar, Ver.^a Mari, ou não unificar, que a minha participação nessa CPI é no sentido de elucidar e dar respostas a uma série de perguntas que eu, inclusive, vivenciei quando fui às escolas. Eu mesma vim aqui, nesta tribuna, denunciar o que eu enxerguei. Tem muitas situações irregulares, o que mostra é que uma compra precisava ser feita naquele tempo, naquele lugar, com aquelas pessoas. Se havia necessidade dessa compra, se tinha planejamento, se as profes estavam pedindo ou não estavam, isso não conta, o que conta é que precisava ser comprado. E eu acho que, quinta-feira, nós temos hora para chegar aqui nesta Casa, mas não teremos hora para sair, porque o Jajá estará aqui. Eu confesso que vou, na quinta-feira, guardar bem a minha bolsa, porque eu costumo chegar e largar assim, eu vou guardar bem. Existe corrupção? Eu não afirmo que exista, tampouco eu digo que não. Para que existe a CPI? Por que foi aprovada a CPI, duas, aliás? Opa! É como se diz, não é? Tem focinho de porco, tem esterco de porco, tem cheiro de porco, come lavagem, rosna que nem um porco – é suíno, não é? Então vamos lá, vamos ver o que que essa CPI vai produzir. Eu não quero que ela seja chapa-branca! Eu não quero que ela faça de conta! Aqui não é brincadeira! Aqui nós estamos discutindo falta de vaga em creches, falta de educação infantil! Aliás, o Sr. Prefeito está sendo intimado pelo Tribunal de Contas, o seu relator, no seu relatório, intima o Sr. Prefeito a falar sobre exatamente o Fundeb, o que fez, por que não deu conta das vagas de creches. Por que optou em comprar altos valores e colocar crianças em escolas particulares? O TCE está fazendo uma série de perguntas, além da questão das compras. É sobre isso! É sobre isso que nós queremos falar; é sobre por que

comprar livros com erros de português, com erros de matemática e estocar lá naqueles galpões com cocô de pombo – é sobre isso que nós queremos falar. Então, não me venham com faz de conta, eu tenho responsabilidade. Aliás, Ver. Janta, o senhor vem aqui e diz que está colocada a questão eleitoral já, isso é visível, e eu concordo. Eu queria chamar a atenção de vocês que – todos e todas que estão aqui foram eleitos em 2020 – em 2022, se nós olharmos o resultado das eleições, mostrou que Porto Alegre não é mais a mesma de 2020, é só nós olharmos o resultado. É bom que vocês olhem isso para saber desse discurso retrógrado, que vem aqui propor, inclusive, Janta, que você pediu vistas do projeto, que não quer discutir gênero nas escolas, que proíbe! Projetos que vêm aqui de vereadores que não apresentam um “x” para melhorar a vida de quem mora nesta cidade, só quer discutir pautas de costumes. Só as pautas de costumes. Nós vamos enfrentar esse debate, ano que vem é um ano eleitoral, sim, Ver. Janta, e certamente terão a resposta, certamente esta CPI vai dar as respostas que o povo está clamando, para, ao fim e ao cabo, saber: tem dinheiro? Então abram vagas, abram creches, abram educação infantil! Chromebooks? Eu quero para os meus filhos, para os meus netos, para os filhos de toda mulher que precisa que sua criança esteja bem cuidada e que tenha acesso a uma educação de qualidade. Mais de R\$ 100 milhões, gente? Não é pouca coisa. Não é pouca coisa para a gente tratar como faz de conta, não é para a gente tratar, aqui, com narrativas. Aqui eu quero tratar de fatos concretos. Foram gastos mais de R\$ 100 milhões. Onde? Por quê? Por que com esses compradores? Eu quero saber! Eu quero resposta! É isso que precisa ser averiguado por uma CPI! Vir aqui e pedir, vereadora, para que a senhora seja suspensa? Eu quero aqui manifestar a minha solidariedade à senhora e o meu apoio. A senhora foi eleita, e a senhora tem todo o direito de exercer. A senhora foi eleita, vereadora! Pedir, Ver. Mauro, a suspensão da Ver.^a Mari, é coerente, extremamente coerente com a sua trajetória! Exatamente! O senhor tem razão. Muito coerente. Muito coerente, meus cumprimentos. Mas o senhor não vai ser feliz com essa sua proposição de fazer com que mulheres que assumem o poder sejam tratadas como o senhor tratou nas quatro sessões que esta CPI fez aqui!

E, ao fim e ao cabo, o senhor pede para ter a suspensão. Não tem nada de novo nisso. Nada de novo! Todo meu apoio, Ver.^a Mari. Que esta CPI consiga dar conta de dar resposta para o nosso povo, que é isso que me interessa! É para isso que eu vou gastar o meu tempo, a minha capacidade. É para isso que eu fui eleita: para fiscalizar - esse é o nosso papel - fiscalizar e elucidar!

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Muito obrigada, Ver.^a Biga, pelo aparte. Eu acho que isso faz parte do crescimento democrático. Só quero lhe dizer que também sou mulher, mas eu acho que nós não podemos levar essa questão para o lado feminino. Não vi, em momento nenhum, Ver.^a Biga, o Ver. Mauro afetar e ser descortês com a questão feminina da Ver.^a Mari. Ele estava ali falando para a Presidente, e tenho certeza que ele falaria da mesma forma para um presidente homem, ou para uma presidente mulher. E a questão da Comissão de Ética diz respeito unicamente à fraude, não existe votação sem quórum. Muito obrigada.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): A fraude, a senhora, de fato, não presenciou, eu concordo com essa sua manifestação, porque, nas quatro sessões, a senhora não estava no plenário. A senhora veio aqui e se retirou. Então, a senhora não estava, a senhora não viu. Eu estive, nas quatro sessões, e vi o tratamento dos gritos – dos gritos! Eu jamais teria esta condição de atacar uma mulher porque ela ousou – ousou! – estar num espaço de poder masculino. Minha solidariedade, Ver.^a Mari.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada, Ver.^a Abigail. Em não havendo mais inscritos, reforço que, na próxima semana, na segunda-feira, estaremos votando o relator, onde temos já inscritos o Ver. Claudio Janta, Ver. Roberto Robaina, Ver. Mauro Pinheiro e Ver.^a Comandante Nádia. Reforço o convite do governo em participarmos todos da oitava que acontecerá nesta quinta-feira, às 10h da manhã, aqui no plenário. Dada por encerrada a presente sessão. Obrigada.



(Encerra-se a reunião às 11h24min.)